

Tombamento de imóvel deixa proprietário revoltado

Os proprietários dos imóveis que a Prefeitura de Vitória pretende preservar são contrários ao seu tombamento. Eles acreditam, com algumas poucas exceções, que a medida diminui o valor comercial de seus bens além de criar restrições ao direito de propriedade. "A prefeitura tem coisas muito mais importantes para se preocupar", afirmou por exemplo Esther Mazzi, herdeira de uma das 54 edificações consideradas "de importância histórica e sócio-cultural" pela legislação municipal.

Pelo menos um desses 54 imóveis, por sinal, está seriamente ameaçado. É o prédio de número 310 da Rua Duque de Caxias. Parte de sua estrutura interna ruiu em consequência das chuvas ocorridas no final do ano passado. O delegado do Ministério da Agricultura no Estado (órgão ao qual o prédio pertence), João Belizário Bortolini, admite que o seu plano é demoli-lo para utilizar o terreno como garagem.

Por cautela, no entanto, vários proprietários preferiram não comentar a decisão do prefeito Hermes Laranja de encaminhar as medidas previstas no Plano Diretor Urbano (Lei 3.158, em vigor desde 84) com relação à proteção de nosso patrimônio histórico-cultural. O prefeito já iniciou os contatos com vistas à obtenção de recursos para a restauração dos imóveis e se diz empenhado em preservar o que restou do passado arquitetônico da cidade.

E os morros?



Fotos de Ailton Lopes

A principal preocupação dos proprietários é com o valor comercial do imóvel, que fica diminuído com o tombamento, que também restringe as opções de uso do prédio

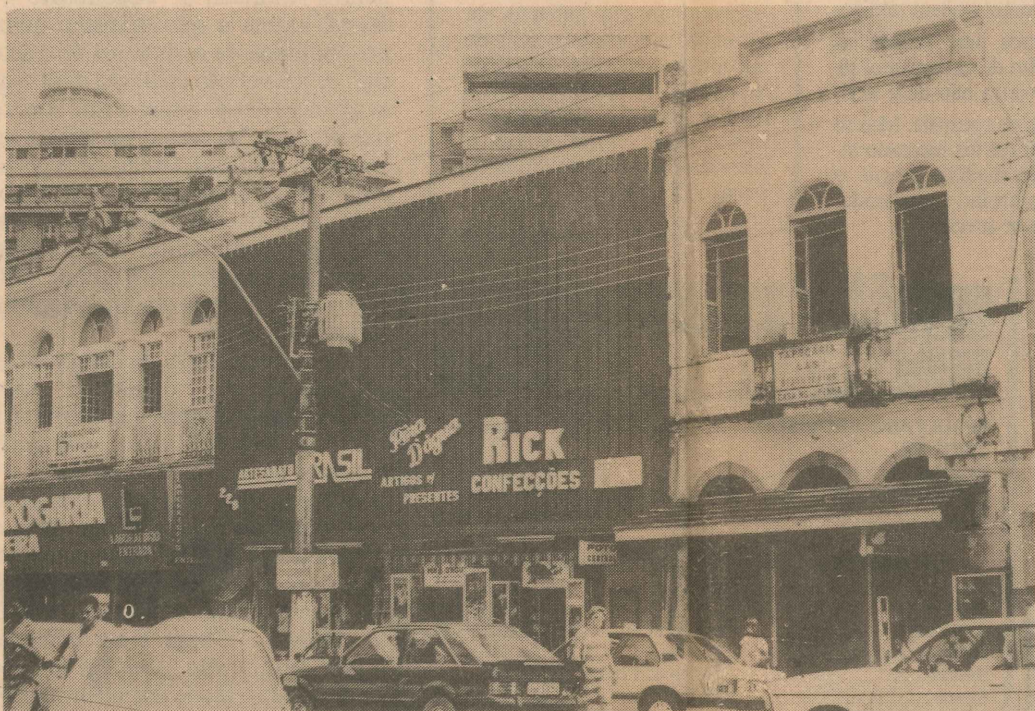
Embora esteja entre as mais antigas cidades brasileiras, Vitória tem apenas 21 imóveis tombados: 15 pelo Conselho Estadual de Cultura (que já tombou 131 imóveis em todo o Estado) e seis pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para evitar que novos marcos culturais venham a ser destruídos, a prefeitura anunciou o início de um amplo trabalho de preservação, que será feito com base no que dispõe o PDU.

A advogada Esther Mazzi, entretanto, não escondeu que ficou “aborrecida” ao saber da possibilidade da residência da qual é herdeira — nº 220 da Praça Costa Pereira — vir a ser inscrita no Livro-Tombo Municipal. “Sou contra, sobretudo numa cidade como Vitória que já está cheia de espigões. Liberaram o gabarito inclusive em torno do Palácio Anchieta e hoje qualquer terrorista pode subir até o último andar de um daqueles prédios e jogar uma bomba lá de cima e arrebentar o palácio”.

“A prefeitura” — prosseguiu Esther Mazzi — “deveria se preocupar com a limpeza da cidade porque, no nosso imóvel, não pisou jamais nem Domingos Martins nem qualquer outro vulto histórico. Por dentro, a arquitetura da casa é toda de cimento armado e a fachada foi descaracterizada totalmente, com licença da própria prefeitura. O tombamento não é vantajoso. E a prefeitura deveria cuidar do Morro do Macaco, que está caindo, e do Morro do Quadro, que está despenhando. Lá estão em jogo vidas em perigo. De prédios velhos deixa que nós cuidamos”.

Demolição

“Aqui, não tem nada de histórico. Não temos intenção nem de derrubar nem de vender, mas não vejo por que tomba-se não tem história nenhuma aqui”, afirmou Hérica Marlene Colombo Marques, proprietária da residência de número 214 da Praça Costa Pereira, também incluída na relação que integra o PDU (local onde funciona, desde 1923, o Café Moderno).



Vitória é uma das mais antigas cidades brasileiras, mas tem apenas 21 imóveis tombados

Vários outros proprietários reagiram da mesma forma mas pediram para não serem identificados. Um deles alegou: “Não posso falar porque não conheço a opinião dos meus irmãos, que também são proprietários. Mas o que eu sei é que casa tombada não vale nada. O preço é bem mais baixo. E, de mais a mais, a gente tem que pedir autorização até para pintar uma parede... Não tem condição”.

Situação complexa é a do prédio de número 310 da Duque de Caxias. O imóvel, que já abrigou a Delegacia do Tesouro Nacional, tem escritura datada de 1889. Mas está em condições deploráveis de conservação. De propriedade do Ministério da Agricultura, o seu futuro pode ser avaliado pelas declarações do delegado Bortolini:

“O prédio é do Ministério, mas é administrado pelo Serviço de Patrimônio da União. O que nós fizemos depois daquele

problema foi convocar a Divisão de Obras, em Brasília, para verificar a sua situação. A verdade é que aquilo não pode ficar de pé mais. A nossa idéia é demolir e fazer uma garagem. Se a prefeitura tiver interesse na manutenção da fachada, pretendemos conseguir autorização para derrubar somente os fundos. Caso contrário, o plano é demolir tudo”.

Bortolini deixou claro, contudo, que a disposição da Delegacia é fazer tudo de acordo com as normas legais e com a própria prefeitura. O seu assessor para a área administrativa, Ivan Neves Andrade, acrescentou: “O Ministério está estudando a melhor maneira de resolver o problema. Por enquanto, sabemos que o imóvel não tem condição de sustentação. Estamos aguardando, porém, o laudo pericial do engenheiro da Divisão de Obras que veio de Brasília para levantar a sua situação. Somente depois disso, poderemos discutir que providências tomar”.